

DO SILÊNCIO À ESCRIVIVÊNCIA: TRAJETOS DA REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA DE MONTEIRO LOBATO A CONCEIÇÃO EVARISTO E KIUSAM DE OLIVEIRA

DOI: 10.5281/zenodo.17722547

Josias Ivo de Sousa¹

Rosa Núbia de Vasconcelos Lins²

RESUMO: O presente artigo analisa criticamente a representação da personagem Tia Nastácia, de Monteiro Lobato, em diálogo comparativo com as personagens Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo, e Oxum, de Kiusam de Oliveira. Parte-se da compreensão de que a literatura constitui um espaço simbólico em disputa, no qual se constroem e se reconfiguram identidades. À luz da crítica pós-colonial e dos estudos da literatura afro-brasileira, observa-se, do século XX ao XXI, uma transição significativa: da representação estereotipada e subalterna da mulher negra para uma escrita de autoria, memória e resistência. O estudo evidencia que o deslocamento da personagem negra do plano servil para o protagonismo discursivo expressa não apenas uma transformação estética, mas, sobretudo, uma virada ética e civilizatória.

Palavras-chave: Monteiro Lobato; Conceição Evaristo; Kiusam de Oliveira; Racismo; Representação negra; Escrivivência.

1. INTRODUÇÃO

A literatura brasileira é, desde suas origens, um campo de disputa simbólica em que se forjam e se perpetuam identidades. Ao longo dos séculos, a figura da mulher negra foi sistematicamente confinada a papéis subalternos, ama de leite, criada, figura cômica ou mítica, raramente reconhecida como sujeito de pensamento, desejo e palavra. Essa invisibilidade não é casual: ela reflete a herança de um imaginário colonial que transformou o corpo negro em objeto e interditou sua voz no espaço da cultura escrita. É nesse território de silenciamentos e resistências que se inscreve o presente estudo.

O artigo analisa criticamente a representação da personagem Tia Nastácia, de Monteiro Lobato, em contraponto com as protagonistas de Conceição Evaristo (*Ponciá Vicêncio*) e Kiusam de Oliveira (*Omo-Oba: histórias de princesas*), investigando o percurso simbólico que vai do silêncio imposto à escritivência afirmada. Parte-se da compreensão de que a literatura não é mero

¹ Doutorando e Mestre em Ciências da Educação; Esp. em Linguística, em Gestão Escolar e em Ciências da Educação; Graduado em Letras. Professor da Rede Pública de Educação do Estado do RN, atuando na EETI Tristão de Barros; Professor Formador d ESFORPED – Escola de Formação de Profissionais da Educação, em Currais Novos-RN.

² Doutoranda em Ciências da Educação, Mestre em Linguística, Especialista em Gestão Escolar, Graduada em Pedagogia, Professora da Educação da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa-PB.

reflexo da realidade social, mas um espaço de construção de sentidos e de legitimação de visões de mundo (Eagleton, 1993). Nesse sentido, a análise aqui proposta compreende a narrativa literária como campo de poder (Bourdieu, 1996), no qual as vozes subalternizadas lutam por reconhecimento e autoria.

Monteiro Lobato, expoente da literatura infantil brasileira do início do século XX, cristalizou em suas obras o retrato de uma sociedade marcada por hierarquias raciais naturalizadas. Sua personagem Tia Nastácia, simultaneamente afetuosa e caricatural, sintetiza o olhar de uma elite branca que via o negro como elemento folclórico, incapaz de protagonismo intelectual. Em contraste, Conceição Evaristo e Kiusam de Oliveira, escritoras negras contemporâneas, deslocam esse paradigma ao reinscreverem a mulher negra como sujeito epistêmico, dotado de voz, memória e ancestralidade. Como afirma Evaristo (2003), *“a escrevivência nasce do corpo e da experiência de quem sempre foi escrita, mas nunca escreveu.”*

A partir de uma perspectiva pós-colonial e afro-brasileira, o estudo busca demonstrar que o deslocamento da mulher negra do plano servil para o protagonismo discursivo constitui não apenas uma transformação estética, mas também um gesto ético e civilizatório. Trata-se de compreender como a literatura, ao longo do século XX e início do XXI, acompanha e tensiona os processos de descolonização da linguagem, devolvendo ao texto literário sua função política de reparação simbólica.

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem comparativa e crítica, orientada pelos pressupostos da crítica pós-colonial e dos estudos afro-brasileiros, buscando evidenciar as permanências e rupturas na representação da mulher negra em diferentes contextos históricos. O artigo organiza-se em três eixos principais: a análise da figura de Tia Nastácia e o imaginário racial em Monteiro Lobato; a emergência da escrevivência em *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo; e a revalorização do mito e da ancestralidade em *Omo-Oba: histórias de princesas*, de Kiusam de Oliveira. As considerações finais propõem uma reflexão sobre o papel ético da leitura literária na formação de uma consciência antirracista.

Mais do que um exercício de crítica literária, trata-se de um convite à leitura como ato de libertação, um movimento que, para usar as palavras de Paulo Freire (1996), ensina o leitor a *“ler o mundo antes de ler a palavra.”*

2. TIA NASTÁCIA: O AFETO COLONIZADO

Para compreender o modo como a mulher negra foi historicamente silenciada na literatura infantil brasileira, é preciso retornar ao início do século XX, quando Monteiro Lobato consolidou o imaginário nacional sob a forma de um projeto literário que mesclava pedagogia, nacionalismo e hierarquia racial. Em suas obras, especialmente nas do *Sítio do Picapau Amarelo*, o autor fundiu elementos do folclore brasileiro a uma visão civilizatória eurocêntrica, que naturalizava a inferioridade do negro e a superioridade cultural branca. Nesse contexto, a personagem Tia

Nastácia emerge como figura emblemática de uma ambiguidade fundadora: ela é, ao mesmo tempo, presença indispensável e símbolo da exclusão.

Nos livros do *Sítio do Picapau Amarelo*, Tia Nastácia cumpre uma função dupla: é mãe simbólica e objeto de escárnio. Lobato a descreve como “a negra beijuda e medrosa”, que fala “errado” e acredita em “bobagens”. Trata-se de um retrato que combina o paternalismo afetivo e o preconceito racial, típico do Brasil patriarcal e pós-escravocrata. Sua oralidade, expressão legítima da cultura afro-brasileira, é transformada em caricatura linguística, marcada pelo riso disciplinador do leitor branco. O humor lobatiano, nesse caso, não é neutro: ele funciona como um instrumento de hierarquização simbólica. O riso do leitor é o riso da superioridade branca, do sujeito que se reconhece como portador da razão diante do outro reduzido à emoção e ao instinto.

A cozinha, espaço onde Tia Nastácia atua, torna-se metáfora do lugar social reservado à mulher negra: o ambiente doméstico, invisível, funcional e subordinado. Como observa Kabengele Munanga (2004), o racismo brasileiro manifesta-se não apenas na exclusão, mas sobretudo na *sub-representação*: o negro existe, mas existe em posição de servidão simbólica. Em Lobato, essa servidão se traduz na estrutura narrativa, a negra que cozinha, aconselha e consola, mas nunca ensina ou elabora pensamento crítico. Sua fala, carregada de estereótipos linguísticos, é uma versão literária daquilo que Frantz Fanon (2008) denominou *alienação cultural*: o aprisionamento do sujeito negro em uma linguagem que o desautoriza a pensar, reduzindo-o ao corpo, ao serviço e ao medo.

Essa “domesticação” da personagem negra reflete o que Lélia Gonzalez (1984) chamou de *afro-mestiçagem ideológica*: um processo pelo qual a cultura brasileira incorporou a presença negra apenas naquilo que servia à narrativa da cordialidade. Tia Nastácia é o retrato de uma nação que se diz mestiça, mas nega a negritude como epistemologia. Sua afetividade é colonizada, moldada para tranquilizar consciências brancas e legitimar a desigualdade. Ela representa o “outro” domesticado, aquele cuja bondade e fidelidade mascaram a estrutura de poder que o oprime.

A crítica a essa representação não deve ser anacrônica, mas ética. É necessário compreender que Lobato foi produto de seu tempo, mas também agente de uma ideologia que atravessou o século XX e ainda ecoa na cultura nacional. Sua literatura ajudou a fixar o negro no imaginário infantil como figura pitoresca, cômica e subordinada, uma pedagogia do racismo disfarçada de moralidade e bom humor. Por isso, ler Lobato hoje exige o que bell hooks (2018) chama de *educação como prática de liberdade*: uma leitura que não se contenta em reproduzir o cânone, mas o interroga, descolonizando o olhar.

Tia Nastácia, assim, é presença paradoxal: visível, mas silenciada; central na dinâmica doméstica do Sítio, mas marginal na estrutura narrativa; portadora de saberes tradicionais, mas interdita no discurso racional. Sua representação sintetiza a lógica de um país que se orgulhou de ser “democrático racialmente” enquanto perpetuava, nas páginas da literatura, os códigos sutis do racismo cordial. Sob o disfarce do afeto, a personagem encarna a pedagogia da subalternidade,

uma educação sentimental que ensina à criança branca o lugar “adequado” do negro na hierarquia social.

Em suma, Tia Nastácia é a materialização do afeto colonizado: a mulher negra reduzida à função de nutrir, servir e divertir, sem direito à palavra plena. Ela é, na literatura de Monteiro Lobato, o elo entre o passado escravocrata e a modernidade conservadora, um corpo que trabalha, mas não pensa; que fala, mas não é ouvido; que ama, mas não é amado em igualdade. Sua existência simbólica é a prova de que, antes da *escrevivência*, houve o longo reinado do silêncio.

3. PONCIÁ VICÊNCIO: A VOZ INSURGENTE DA ESCRIVIVÊNCIA

Se Tia Nastácia simboliza o silêncio e a docilidade domesticada pela lógica colonial, Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo (2003), inaugura a palavra insurgente, o direito de narrar-se. A passagem de uma à outra marca o deslocamento da personagem negra do espaço da servidão simbólica para o da autoria de si. O gesto de Evaristo é radical: devolver à mulher negra o estatuto de sujeito da história, não mais objeto da fala alheia. Sua escrita não é apenas representação; é *escrevivência*, conceito que, nas palavras da autora, funde “escrita” e “vivência”, transformando a dor em discurso e o vivido em literatura.

A *escrevivência* é, ao mesmo tempo, forma estética e ato político. Contra o silêncio imposto à mulher negra pela tradição literária canônica, Evaristo constrói uma linguagem de resistência, tecida com as marcas da memória coletiva, do corpo e da ancestralidade. Em *Ponciá Vicêncio*, o texto se abre como ferida e cura, revelando uma protagonista cuja trajetória é metáfora da experiência histórica da população negra brasileira. A perda da infância, o trabalho infantil, a opressão de gênero e o rompimento com a terra são narrados com lirismo, mas sem romantização, Evaristo resgata a dignidade da dor sem estetizá-la.

Ponciá não é uma personagem passiva: é um corpo em travessia, dilacerado entre o passado escravocrata e o desejo de autonomia. Sua história é escrita em fragmentos, como se a própria forma narrativa carregasse a cicatriz do trauma. Essa fragmentação, longe de ser um defeito estético, constitui um gesto ético: a recusa da linearidade branca, masculina e racional que sempre organizou a narrativa tradicional. Como observa bell hooks (2018), a escrita das mulheres negras não busca “universalizar” a experiência, mas “reivindicar a diferença como lugar de poder”. Evaristo faz da diferença um princípio de criação.

A palavra, em *Ponciá Vicêncio*, é também uma forma de memória. A linguagem de Evaristo carrega o som das rezas, dos cantos e das falas orais, transformando a literatura em um território de retorno e de cura. Esse gesto dialoga com o que Frantz Fanon (2008) definiu como “desalienação pela linguagem”: a reconquista da humanidade negada através da reapropriação da palavra. Ao escrever-se, Ponciá reescreve sua história e, simbolicamente, a história coletiva de um povo reduzido ao silêncio. A escrita torna-se, portanto, um ato de re-humanização.

A presença de ancestralidade na obra é outro eixo fundamental. A memória da mãe, do avô e das gerações anteriores constitui o fio condutor da narrativa. O corpo de Ponciá é herdeiro das marcas deixadas pela escravidão, mas também guardião dos saberes transmitidos pela oralidade. Como lembra Lélia Gonzalez (1988), a cultura afro-brasileira é uma “língua de resistência”, feita de ruídos, cantos e gestos que escapam à normatividade branca. Evaristo, ao incorporá-los à literatura, transforma o português, instrumento histórico de dominação, em veículo de libertação simbólica. A língua, outrora ferida, torna-se território de poder.

Essa virada estética e política corresponde ao que Kabengele Munanga (2004) denomina “consciência negra”: o momento em que o sujeito racializado reconhece sua história como parte constitutiva da identidade nacional, e não como apêndice dela. A literatura de Evaristo realiza, assim, uma dupla operação: denuncia a exclusão e funda uma nova epistemologia, a do corpo e da experiência. Nela, o saber não vem da abstração, mas da carne que sofre, ama e sonha. A palavra volta a ser sagrada, instrumento de autoconhecimento e libertação.

É significativo notar que, diferentemente de Lobato, que falava *sobre* a mulher negra, Evaristo fala *a partir* dela. A mudança de preposição revela a mudança de paradigma. A autora não busca reformar o olhar branco, mas afirmar um olhar negro, feminino e popular. Essa inversão representa o rompimento com a “epistemologia da concessão”, em que o espaço do negro só existe enquanto tolerado pelo branco. Em *Ponciá Vicêncio*, o espaço é conquistado, pela escrita, pela memória e pela dor.

O gesto de Evaristo é também pedagógico. Sua literatura, ao ser lida na escola, convoca professores e estudantes a repensarem as bases eurocêntricas do currículo e a incluírem outras formas de saber e de ser. Ler *Ponciá Vicêncio* é aprender a ouvir, ouvir o que foi silenciado, o que sobreviveu nas brechas da história, o que continua pulsando na linguagem. É compreender, como afirma Paulo Freire (1996), que a educação é um ato político, e que o conhecimento nasce do diálogo entre sujeitos historicamente situados. Evaristo faz literatura como quem restitui humanidade: sua escrevivência é pedagogia do reencontro.

Em síntese, *Ponciá Vicêncio* representa o momento em que a literatura brasileira rompe o pacto de silêncio e assume a palavra como território de insurgência. Se Tia Nastácia habitava o espaço do afeto colonizado, Ponciá ocupa o da palavra libertadora. A travessia entre ambas é a travessia do Brasil: da escravidão à consciência, da subalternidade à centralidade, da voz negada à voz afirmada. Evaristo inscreve no texto o que a história apagou, e faz da literatura um campo de luta, memória e reparação.

4. OMO-OBA: O RETORNO DA ANCESTRALIDADE E A CENTRALIDADE DO SAGRADO

Se em *Ponciá Vicêncio* a escrita é insurgência e cura, em *Omo-Oba: histórias de princesas* (2009), de Kiusam de Oliveira, ela é celebração e reencantamento. O percurso simbólico que vai

de Tia Nastácia a Ponciá e culmina em Oxum revela não apenas uma trajetória literária, mas uma revolução epistemológica: a passagem da representação da mulher negra como corpo subalterno à sua afirmação como corpo sagrado, herdeiro de um saber ancestral que o Ocidente tentou silenciar.

Kiusam propõe uma literatura da reexistência. Sua narrativa não parte da falta, mas da plenitude, não busca corrigir o olhar branco, e sim reconstruir o olhar negro sobre si mesmo. Em *Omo-Oba*, o protagonismo é devolvido às mulheres negras por meio das princesas dos orixás, figuras que carregam força, beleza e espiritualidade. Ao narrar histórias de Oxum, Iansã, Obá e outras divindades femininas do candomblé, a autora desloca o eixo civilizatório: o centro deixa de ser a Europa e passa a ser a África. A literatura infantil torna-se, assim, espaço de reeducação estética e espiritual.

Esse movimento representa, como observa Kabengele Munanga (2004), uma forma de *reparação simbólica*. A cultura afro-brasileira, historicamente tratada como superstição ou folclore, é reposicionada como matriz de conhecimento. O sagrado africano, longe de ser exótico, é apresentado como linguagem legítima de compreensão do mundo. Cada narrativa de Kiusam carrega o que Lélia Gonzalez (1988) chama de *amefricanidade*: uma síntese viva entre o legado africano e as experiências da diáspora nas Américas. Essa categoria cultural rompe a falsa dicotomia entre o popular e o erudito, entre o espiritual e o racional, permitindo que a literatura seja simultaneamente poesia, mito e filosofia.

A escrita de Kiusam é também pedagógica, mas não no sentido moralizante da tradição europeia. Seu projeto literário é profundamente educativo porque propõe uma alfabetização da alma: ensinar às crianças negras o direito de se verem como belas, dignas e divinas. Conforme afirma bell hooks (2018), o amor é um ato político, e amar-se enquanto corpo negro é subverter o racismo estrutural que naturaliza a inferioridade. *Omo-Oba* ensina que a educação antirracista começa na infância, no imaginário, nas narrativas que moldam a autoimagem.

Do ponto de vista estético, a autora recorre a uma linguagem sincrética e sensorial, em que ritmo, musicalidade e visualidade compõem uma experiência quase ritualística de leitura. Essa dimensão estética traduz o que Paul Gilroy (1993) denominou “Atlântico negro”: um espaço simbólico em que os sons, gestos e palavras da diáspora africana se entrelaçam na criação de uma cultura transnacional e libertadora. Kiusam, ao incorporar o canto, o tambor e a dança às palavras, restabelece o elo entre arte e espiritualidade, rompido pela modernidade ocidental.

A força do sagrado em *Omo-Oba* é também um gesto político. Ao introduzir as divindades africanas no universo infantil, Kiusam realiza o que Frantz Fanon (2008) chamaria de *descolonização da psique*: reconfigura o inconsciente cultural, retirando da criança negra a vergonha de suas origens. A imagem da princesa negra, antes inexistente ou deformada pela indústria cultural, reaparece ressignificada, não como cópia da branquitude, mas como afirmação de uma beleza ancestral. O mito, que nas leituras coloniais era sinal de atraso, transforma-se em instrumento de emancipação.

Essa pedagogia da ancestralidade insere-se, como lembra Paulo Freire (1996), no campo da “educação libertadora”, que não transfere saber, mas desperta consciência. Ao ler *Omo-Oba* na escola, o professor atua como mediador de mundos: o mundo da razão cartesiana e o da sabedoria mítica. Esse encontro entre pedagogia e espiritualidade negra amplia o conceito de conhecimento, recolocando a literatura infantil no centro do debate ético e civilizatório.

Em *Omo-Oba*, o corpo feminino deixa de ser ferida e torna-se altar. O cabelo, a pele, a dança e o gesto são revalorizados como expressões de potência e não de subordinação. A princesa Oxum, símbolo da doçura e da inteligência emocional, representa o equilíbrio entre beleza e sabedoria, uma forma de saber que não se opõe à emoção, mas nasce dela. A autora, ao recuperar essa dimensão afetiva, reverte a lógica da modernidade racista que separou o pensar do sentir. Aqui, a emoção é epistemologia, e o corpo, um texto sagrado.

Assim, o livro de Kiusam não é apenas uma obra infantil: é uma cosmologia literária. Ele educa para o respeito, mas também para o encantamento, ensina que a luta política não se sustenta sem o reencantamento do mundo. Ao final desse percurso, de Tia Nastácia a Ponciá e a Oxum, compreende-se que a representação negra atravessou séculos para sair do silêncio e chegar à celebração. *Omo-Oba* é a consagração dessa travessia: a escrita que restitui o sagrado à linguagem e a dignidade à história.

5. DA SUBALTERNIDADE À CENTRALIDADE: A TRAJETÓRIA ÉTICA DA REPRESENTAÇÃO NEGRA

A travessia literária que vai de Tia Nastácia, criada por Monteiro Lobato, a Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo, e culmina nas princesas-orixás de *Omo-Oba*, de Kiusam de Oliveira, traduz uma profunda reconfiguração ética da literatura brasileira. Trata-se de um percurso de libertação simbólica, da figura colonizada e caricatural à figura consciente e sagrada. Essa trajetória não é apenas estética: é uma revolução epistemológica e afetiva, em que a mulher negra deixa de ser objeto de discurso para tornar-se produtora de linguagem e pensamento.

Na gênese desse itinerário, Tia Nastácia representa o corpo aprisionado à narrativa colonial, fixado no estereótipo da servidão e do medo. Sua voz, domesticada e ridicularizada, expressa a pedagogia da subalternidade que marcou a formação nacional. Com Conceição Evaristo, essa voz silenciada ressurgue na forma de escrevivência, uma escrita que é, simultaneamente, gesto de cura e de insurgência. Ponciá Vicêncio rompe o ciclo da representação e assume o lugar da enunciação. Kiusam de Oliveira, por sua vez, dá o passo seguinte: transforma o trauma em celebração, o silêncio em canto, o corpo em altar.

Esse movimento evidencia um deslocamento da literatura sobre o negro para a literatura negra. Como explica Munanga (2004), o negro não é mais figura representada, mas sujeito de enunciação, de memória e de saber. A autoria negra, sobretudo feminina, instaura uma nova forma

de humanismo, não universalista e abstrata, mas plural e situada. A mulher negra, antes reduzida ao corpo servil, torna-se corpo simbólico, produtor de significação e de conhecimento.

Do ponto de vista ético, essa virada implica a reconstrução da alteridade. A literatura afro-brasileira não reivindica apenas espaço no cânone, mas questiona os próprios critérios que definem o que é canônico. Como observa bell hooks (2018), o discurso libertador exige uma crítica das estruturas que sustentam o privilégio, e não apenas a inclusão dos marginalizados. Ler Evaristo e Kiusam, portanto, é ler o Brasil sob nova ótica, não mais a partir da branquitude que nomeia o outro, mas a partir da negritude que se autoriza a dizer o mundo.

No plano estético, essas escritoras subvertem a linearidade, o tempo cronológico e a linguagem normativa. A fragmentação, a oralidade e o ritmo, marcas da cultura afro-diaspórica, tornam-se instrumentos de afirmação identitária. Como demonstra Lélia Gonzalez (1988), o português falado pelos afrodescendentes é uma língua de invenção, que carrega o “batuque do pensamento”. Evaristo e Kiusam, ao incorporarem essa musicalidade, não apenas ampliam os recursos expressivos da língua, mas a libertam da hegemonia racionalista europeia.

Esse gesto literário também possui uma dimensão política e pedagógica. Em um país que ainda convive com o racismo estrutural e o epistemicídio cotidiano, a literatura torna-se ferramenta de reeducação do olhar. Ao inserir personagens negras complexas, dignas e sagradas na literatura infantil e juvenil, Kiusam de Oliveira inaugura uma pedagogia da autoestima e do pertencimento. Sua obra, assim como a de Evaristo, concretiza o que Paulo Freire (1996) denominou “educação como prática da liberdade”: uma formação que humaniza, dialoga e emancipa.

A ética da representação negra, portanto, não se limita ao resgate histórico, ela propõe uma nova ontologia. Ao reconhecer a mulher negra como centro simbólico da criação literária, a literatura brasileira reencontra sua própria incompletude. Como lembra Frantz Fanon (2008), o colonizado, ao tomar a palavra, não reivindica apenas um espaço; ele recria o mundo. A escrita negra feminina, nesse sentido, não é apêndice da literatura nacional, mas eixo de sua renovação.

A passagem da subalternidade à centralidade simboliza, em última instância, a descolonização da sensibilidade. A literatura deixa de reproduzir o olhar do colonizador e passa a ser espaço de múltiplas vozes, memórias e espiritualidades. *Ponciá Vicêncio* e *Omo-Obá* não negam o passado; ressignificam-no, transformando dor em potência e esquecimento em memória ativa. Essa transfiguração é, ao mesmo tempo, política e estética: política porque rompe o monopólio da fala; estética porque redefine os modos de narrar, sentir e existir.

Chega-se, assim, ao ponto mais alto da trajetória ética proposta por este artigo: o retorno do sagrado ao humano. O corpo negro, antes profanado pela escravidão e pelo racismo, volta a ser portador do divino. Na literatura afro-brasileira contemporânea, o sagrado não é dogma, mas consciência: consciência de si, da ancestralidade e da comunidade. O ciclo se fecha, portanto, não com a submissão, mas com a celebração, uma celebração que, como ensina bell hooks, é também forma de resistência.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Monteiro Lobato deve continuar sendo lido, mas nunca mais ingenuamente. Sua obra compõe o alicerce da memória literária brasileira, e é precisamente por isso que exige uma leitura crítica, ética e contextualizada. Revisitar *Caçadas de Pedrinho* ou *Reinações de Narizinho* é também revisitar a mentalidade de uma época, marcada por um racismo estrutural travestido de humor e pedagogia. Tia Nastácia, nesse contexto, não pode mais ser compreendida como mera personagem folclórica ou doméstica, mas como símbolo de uma sociedade que perpetuou a exclusão sob o disfarce da cordialidade.

Ao colocar *Tia Nastácia*, *Ponciá Vicêncio* e *Omo-Oba* em diálogo, este artigo procurou evidenciar um percurso civilizatório: o da reconstrução simbólica da mulher negra na literatura brasileira. Do silêncio à escrevivência, da subalternidade à centralidade, do corpo servil ao corpo sagrado, essa travessia traduz não apenas uma mudança de representação, mas uma profunda virada ética. A literatura afro-brasileira contemporânea, representada por Conceição Evaristo e Kiusam de Oliveira, reescreve o Brasil a partir de novas vozes, novos corpos e novas epistemologias.

Essa reconfiguração é mais que um gesto estético: é uma forma de justiça simbólica. Ao reocupar o espaço literário antes negado, as autoras negras operam uma verdadeira descolonização do imaginário. Suas narrativas não buscam apenas inserir personagens negras em tramas já existentes, mas reformular as próprias estruturas de narração, linguagem e sensibilidade. A voz que antes pedia licença agora reivindica lugar. A literatura torna-se, assim, um território de reexistência, onde se curam as feridas deixadas pela história e se constrói uma nova consciência de pertencimento.

No campo da educação, essas obras desafiam o currículo tradicional e convidam o professor a repensar o papel da literatura como instrumento de formação ética e crítica. Ensinar literatura, nesse contexto, é ensinar leitura de mundo. Como lembra Paulo Freire (1996), o ato de ler implica compreender as relações sociais que produzem os textos e as ideologias que os sustentam. Cabe à escola, portanto, promover o encontro entre o texto e o contexto, entre a palavra e a consciência. *Ponciá Vicêncio* e *Omo-Oba* tornam-se, nesse sentido, pontes entre o conhecimento e a emancipação.

A análise de *Tia Nastácia* ao lado de *Ponciá* e *Oxum* propõe uma pedagogia da memória: olhar para o passado sem negá-lo, mas também sem perpetuar seus equívocos. Trata-se de uma leitura reparadora, que não cancela, mas reconstrói; que não condena, mas contextualiza. Essa prática de leitura crítica é, ela própria, um ato político. Como observam bell hooks (2018) e Lélia Gonzalez (1988), o conhecimento é inseparável da luta por reconhecimento. A literatura, quando lida com consciência histórica, torna-se instrumento de libertação.

O futuro da literatura brasileira depende, em grande parte, da capacidade de incluir criticamente todas as suas vozes. A permanência de Lobato no currículo deve vir acompanhada da

presença de Evaristo, Kiusam, Cuti, Elisa Lucinda, Nei Lopes e tantos outros autores que ampliam o horizonte da nossa identidade. A formação leitora do aluno só se torna plena quando ele se vê e se reconhece nas histórias que lê, quando a leitura deixa de ser espelho do outro e se torna espelho de si.

Como educadores, somos convocados a transformar o espaço da leitura em território de consciência e reexistência. A literatura, mais do que entretenimento, é uma forma de pensar e de curar. Ao revisitarmos o percurso que vai do silêncio à escrevivência, reafirmamos que ler é um ato político e ensinar literatura é, antes de tudo, ensinar humanidade. A palavra escrita continua sendo o maior instrumento de libertação que o ser humano inventou, e é por meio dela que o Brasil poderá, um dia, reconciliar-se com a sua própria história.

REFERÊNCIAS

EVARISTO, Conceição. *Escrevivências: identidade, gênero e raça*. In: DUARTE, Constância Lima (org.). *Literatura, crítica e feminismos*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

EVARISTO, Conceição. *Ponciá Vicêncio*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GILROY, Paul. *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. London: Verso, 1993.

GONZALEZ, Lélia. *A categoria político-cultural de amefricanidade*. In: GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: UCPA Editora, 2018.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LOBATO, Monteiro. *Caçadas de Pedrinho*. São Paulo: Brasiliense, 1933.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, Kiusam de. *Omo-Oba: histórias de princesas*. São Paulo: Mazza Edições, 2009.